

## O QUE PODE UM CORPO TRANSGÊNERO?

### UM VIÉS EPISTEMOLÓGICO A PARTIR DA VIVÊNCIA DE HOMENS TRANS E TRANSMASCULINOS NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Samael Halano da Rosa Ricken <sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Michele Gonçalves Cardoso<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo abordará a escrevivência transmasculina, dialogando com outras narrativas de vidas existentes na pluralidade das corporalidades de homens trans e transmasculinos. A partir de obras, livros, poesia e relatos de artistas transmasculinos, analisamos o desmantelamento da visão cisheteronormativa eurocentrada sob nossas corporalidades e identidades de gênero. Buscamos também a partir da representação de corpos transmasculinos compreender e identificar o foco central da transfobia institucional, que mesmo existindo algumas ações políticas (resultantes da luta do movimento LGBTQIAP+) referentes às tratativas dos direitos e acesso à educação nos espaços institucionais de ensino, vivenciamos processo de exclusão e estigmatização nesses lugares. Aprofundamos a escrevivência e tencionamos junto às representações e perspectivas epistemológicas de homens trans e transmasculinos.

**Palavras-chave:** Escrevivência transmasculina. Corporalidades. Identidade de gênero. Transfobia institucional. Educação.

## WHAT CAN A TRANSGENDER BODY DO?

### AN EPISTEMOLOGICAL BIAS FROM THE EXPERIENCE OF TRANS AND TRANSMASCULINE MEN IN THE EDUCATIONAL SPACE

**Abstract:** This article will address transmasculine writing, dialoguing with other narratives of lives existing in the plurality of corporeality of trans and transmasculine men. Using works, books, poetry and reports from transmasculine artists, we analyze the dismantling of the Eurocentric cisheteronormative vision of our corporeality and gender identities. We also seek, through the representation of transmasculine bodies, to understand and identify the central focus of institutional transphobia, that even though there are some political actions (resulting from the struggle of the LGBTQIAP+ movement) regarding the treatment of rights and access to education in institutional teaching spaces, we experience a process of exclusion and stigmatization in these places. We deepen the writing and discuss the representations and epistemological perspectives of trans and transmasculine men.

**Keywords:** Transmasculine writing. Corporalities. Gender identity. Institutional transphobia. Education.

<sup>1</sup> Samael Halano R. Ricken Graduando do curso de História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense.

<sup>2</sup> Michele Gonçalves Cardoso Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> pela Universidade do Estado de Santa Catarina, professora e coordenadora do curso de História na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

## 1. Introdução

Sou Samael H. da Rosa Ricken, poucos me conhecem e me reconhecem pelo meu nome, tenho 27 anos, me restam 8, visto que a expectativa de vida da população travestis e trans\* é de 35 anos, sou um homem trans branco de classe social média. Apesar de possuir meus recortes e privilégios, ainda assim, não estou isento de ser violado, Meu corpo, mesmo que projetado pelas amarras minuciosas do poder falocêntrico para ser dito biologicamente feminino, é dissidente de si próprio, liberto para não ser pertencente aos rótulos mas também para se sentir acolhido ao seu lugar de pertencimento quando assim o for necessário. Pertencer é ato político, é sanar devaneios cisheteronormativos aos (des)conhecimentos das corporalidades transmasculinas, é reivindicar espaços, direitos educacionais, direiros a saúde pública básica, a empregabilidade formal e não somente subempregos e, sobretudo, afeto, afeto este esquecido e não praticado de si para si. Somos ensinados a exacerbar o asco ploriferado das falácias pútridas da cisnorma, a nos submeter as torturas disfóricas criadas pelos espelhos padronizados da estética binária, manchando nossos corpos com as cicatrizes causadas pela hostilidade refletida das projeções imagéticas que se debruçam a estes corpos, ainda assim, mesmo que lidemos com as marcas gravadas simbolicamente (ou não), João W. Nery (2018) em uma entrevista para o projeto Colabora “LGBT+60: Corpos que Resistem” nos lembra que, “*Ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece*”.

O corpo está fora da linearidade que a hegemonia cisheteronormativa<sup>3</sup> impõe. Submeter um corpo aos minúsculos grampos que seguram os limites padronizados do sistema, é findar a amplitude transgressora da potência existente na pluralidade dos corpos. *Quantas versões de mim mesmo transbordam em meu corpo?* A cisgeneridade<sup>4</sup> não me veste. Meu corpo é flúido, afeminado, masculino y feminino, corpo *t r a n s v i a d o*, corpo que atravessa e se atravessa, pois, assim o também se faz, atravessado pela subjetividade expositiva da ideação inquieta das não binaridades, que ousa, causa, instiga e amedronta, que rompe as camadas densas dos olhares julgadores, erotizados e perversos da sociedade patriarcal cissexista<sup>5</sup> que não exita ao submeter meu corpo a objetificação e/ou a patologização. Lina Pereira (2019), no seu documentário, afirma: “*Eu sou o transtorno de identidade, eu sou o transtorno para as suas teses, eu sou o transtorno aos termos que vocês inventaram, eu não nasci no corpo errado, eu sou o corpo*”

---

<sup>3</sup> Se refere a produção de ideais regulatórios, socialmente difundidos, a respeito das identidades de gênero e padrões de sexualidade baseados em normativas coloniais.

<sup>4</sup> Cisgênero/cisgeneridade refere-se ao indivíduo/sociedade que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

<sup>5</sup> Cissexismo e/ou cissexista é a crença de que as pessoas cisgênero são inerentemente superiores ou “mais normais” do que as pessoas trans\*.

errado”.

Dou início a minha escrevivência<sup>6</sup>, a qual também dialoga com vivências outras existentes na pluralidade das transmasculinidades, narrativa esta, projetada na epistême dos olhares não cisheteronormativos, aqui, a cisgeneridade compulsória não dedilha suas intenções. Ao pensar nos caminhos da construção de gênero, a cisgeneridade se isenta da responsabilidade de saber e se pôr em seu lugar, a identidade de gênero não é uma pauta somente para pessoas transvestigeneres. Não é meu ou dos meus o dever de educar o “cis”tema, é preciso que por si próprio se desnaturalize, pois, ninguém nasce trans, assim como também ninguém nasce cis. Se a transgeneridade cria suas identidades de gênero, o que a cisgeneridade está fazendo em relação a si própria? A cisgeneridade lê seus corpos, nomeiam e os classificam hierarquicamente assim como nos submetem socialmente? Se isentar dessa premissa, a coloca na não obrigatoriedade de pensar nos seus motivos de serem cis, ao se questionarem, os meus motivos, e dos meus, de sermos trans.

O privilégio cisgênero “permite” que ao se isentarem de seu local cis, hetero, branco normativo na sociedade, não precisem admitir o questionamento de seu próprio gênero, e sobre a transfobia projetada de tal isenção. Deste modo, constrói-se a transfobia institucional e a prática enraizada desta. *O que pode então o corpo transgênero?* Além de (re)existir na marginalização que a cisgeneridade insiste em nos colocar, pode o meu corpo (trans)itar em espaços institucionais assim como nas sombras das margens?

João W. Nery<sup>7</sup> (2018, p. 401), trata as transmasculinidades como pertencentes a um “entre lugar”, pois, ao ressignificarmos as masculinidades, a cisnorma nos entende como requerentes aos privilégios machistas, entretanto, as transmasculinidades não são reconhecidas. Nossos corpos são lidos socialmente como corpos biologicamente femininos, sendo assim, submetidos também as violências opressoras de gênero e sexualidade. Sair do expecto binário e reivindicar nossas corporalidades transmasculinas, é afrontar a masculinidade falocêntrica hegemônica por apresentarmos corpos ditos determinados a serem femininos, uma vez que, a pluralidade desses mesmos corpos seja tratada como inexistentes. É necessário levarmos em consideração que, a binaridade de gênero tem como principal a finalidade de designar quais papéis a mulher cis tem na sociedade. Paul B. Preciado (2020)<sup>8</sup>, em suas reflexões filosóficas diz ser um dissidente do sistema sexo-gênero. Logo, diz-se não ser um homem, assim como também

---

<sup>6</sup> Conceito utilizado por Conceição Evaristo na apresentação de um de seus livros, onde a arte da escrita faz a movimentação necessária de se (con)fundir em meio a experiência vivida. Para melhor aprofundamento ver o livro “Becos de Memória”. EVARISTO, Conceição. **Becos de Memória** [livro eletrônico] – Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

<sup>7</sup> João W. Nery, foi psicólogo, escritor, ativista pelos direitos LGBTQIAP+ e também o primeiro homem trans a passar pelo processo de retificação de documentos e cirurgia de mastectomia.

<sup>8</sup> Paul B. Preciado é filósofo, escritor, curador, feminista transgênero, é um dos principais pensadores contemporâneos das políticas de gênero. suas obras consistem em assuntos teóricos como: teoria de gênero, identidade, teoria queer, pornografia e arquitetura.

não é uma mulher, nem heterossexual ou homossexual, tão pouco seria bissexual. Segundo Preciado, ser dissidente desse sistema é ser a multiplicidade de um cosmos encerrado em meio a um regime político epistemológico binário.

Tais amarras vão além da corporalidade física, se alojam no psicológico e na prática moral abstrata. Afinal, pode um corpo transmasculino ser representado em sua forma bruta sem lapidar-se nas mãos arduas da cisheteronormatividade? Pode um corpo, o meu corpo ser citado e visto sem censura em projetos acadêmicos e nos próprios espaços institucionais? Aqui, deixo junto a minha escrevivência os processos exaustivos da afirmação e (re)afirmação de poder estar ocupando este lugar. Onde para ser acadêmico, ou ocupar qualquer lugar existente criado a partir de políticas públicas do Estado, é necessário se posicionar e autoafirmar três ou cinco vezes mais a dignidade de ser um homen trans afeminado sem anular meu direito de estar aqui.

A brutalidade sutil da censura sob nossos corpos, consiste em vetar a representatividade real aos olhos nus da sociedade cissexista. O que a cisnorma tanto teme? O medo imaginário que se instala causando pânico coletivo, exala a transfobia praticada compulsoriamente. Manter nossa existência reproduzida e reduzida somente a escrita (de forma escaça), é vetar a visualização física de nossas corporalidades, é corroborar com a discriminação de nossas idealizações quando projetadas externamente. É sobretudo, marginalizar nossos corpos, o meu corpo, ao estabelecer o pânico moral despido de bom senso e contribuir para com as violações praticadas pelo sistema como “hobbie”, tratando-se de nossas identidades.

Através da minha escrevivência tenho como intuito dar espaço e visibilidade as vivências plurais das transmasculinidades, dividida em três partes, a escrita discorre os processos negativos e/ou positivos experienciados pelas nossas corporalidades transmasculinas em meio as interações com a sociedade ciscentrada<sup>9</sup>. A primeira parte abordará a reflexão ao indagar quais locais da sociedade nossos corpos estão inseridos, a segunda retrata quais corpos são dignos de direito ao acesso a educação e instituições de ensino, por fim a terceira parte abordará a representatividade das corporalidades de homens trans e transmasculinos a partir de obras, imagens, poemas etc, produzidos por artistas transmasculinos.

### **Aonde estão as corporalidades transmasculinas, se também não as margens?**

O que seria mais controversa na história da humanidade ocidental se não a própria história do corpo? Nomear e classificar a humanidade entre os polos homens e mulheres cisgêneros, se dá somente aos interesses marcadores de poder partindo das intenções do patriarcado cisheteronormativo, um controle dos corpos através de marcações de gênero e

---

<sup>9</sup> Refere-se a interação de pessoas cisgênero p/ cisgênero.

sexualidade, desse modo, Guacira L. Louro<sup>10</sup> (2004, p. 82), argumenta que os corpos são “datados”, pois, ganham valores transitórios e circunstanciais a partir do momento em que são nomeados e classificados no interior de uma cultura, assim, tornam-se históricos e situados, uma disputa durante a construção da materialidade dos corpos, podendo legitimar ou não os sujeitos.

Convido-os a refletir partindo da adaptação de uma das frases icônicas de Simone de Beauvoir<sup>11</sup> na qual trocamos o foco do feminino apontando para o masculino, “ninguém nasce homem: torna-se homem”, ao pensar nesse tornar-se, seja o que ou quem, partimos da análise das construções do ser ao estabelecer contato direto ou indireto com as interações sociais. As expressões de gênero são voláteis, mutáveis e estão em constante transformações, um corpo não pode e não é lido somente pela performance de gênero. A história da humanidade ocidental permeia em torno dos corpos, o que seria dos sujeitos se não houvesse a idealização e a representação dos padrões corporais? Visto que, há uma certa dependência emocional das regras ditadas pela política de regulação da branquitude, ora, só é considerado incluso aquele cujo o corpo segue rigidamente os padrões de beleza e perfeição exigidas pela cishnorma. Não pode ser gordo, mas também, não exageradamente magro, tem que ser na medida, se for preto, será incluso se a beleza for digna de exuberância, de preferência que se identifiquem como cishgêneros, se for branco? Ainda melhor se os cabelos forem lisos ou loiros dignos da “beleza” europeia, *perfeito!* Está aí a impregnação da estética submetida nas corporalidades, o corpo em si é a primeira impressão a ser deixada, um cartão de visitas, lê-se o corpo, depois a raça, depois os movimentos e por fim, lê-se gênero e sexualidade.

Então, os corpos são o que são na cultura. A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) *marcas* de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos. Podem ser decisivos para dizer do lugar social do sujeito, ou podem ser irrelevantes, sem qualquer validade para o sistema classificatório dos corpos de um dado grupo cultural. Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder. (Louro, 2004, p. 89-70).

A historiografia não abrange ao longo da história da humanidade ocidental a existência de corpos transmasculinos. Pautas como a nossa não foram citadas até então, estaria a historiografia desempenhando com excelência o seu papel? Entretanto, estaria cumprindo o seu ofício aqueles que se intitulam historiadores(as)? Quem fala sobre nossas corporalidades? Além de nós, através de nós e quase sempre entre nós. A história da humanidade ocidental é relatada e vista a partir de e somente pelo olhar branco cisheteronormativo, e como abranger vivências

---

<sup>10</sup> LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>11</sup> Simone de Beauvoir, foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. Para melhor aprofundamento ver o segundo volume do livro, BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: a experiência vivida. Vol.2. 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

epistemológicas transmasculinas na escrita acadêmica, sobretudo no campo da história? se a exclusão e apagamento histórico-cultural permaneceu perpetuado e, “corriqueiramente” a sociedade ainda o faz.

Durante minha permanência no curso de história, em minhas experiências não foi possível presenciar citações, pesquisas, ou obter acesso a materiais de suporte relacionados a vivências de homens trans e transmasculinos, desse modo, tão pouco foram abertas possibilidades de discussões sobre, até mesmo em eventos voltados a pautas LGBTQIAP+<sup>12</sup>. As ementas dos cursos de história estariam relacionadas ou sequer dão a entender uma inclusão da nossa trajetória? Em específico, em cadeiras que estudam história do corpo e sexualidade e que abrangem também temas da contemporaneidade? Embora saibamos que lugares institucionais possuem profissionais que ousam motivar e abrir espaço para visibilidade de nossas corporalidades, ainda assim, é um local hostil com a intenção de não dar voz aqueles que mesmo sem falar, ecoam o barulho ensurdecedor da (re)existência.

Em seu trabalho, Maria O. Da Glória<sup>13</sup>, aborda os silenciamentos surgidos a partir da construção eurocêntrica do conhecimento histórico, isto é, partindo do pressuposto de que a resignificação do passado colonial ao pensarmos no Brasil em relação as perspectivas da construção historiográfica, juntamente com a criação de fontes e arquivos que, são capazes ou não de conceder sua própria história de forma legível. Desse modo, ao pensarmos na modernidade e no sentido da descolonização, Da Glória (2022, p. 65) ressalta, que o mito ao qual esses processos atravessam o resignificado de colonialismo moderno e assim enfatizando uma nova visão da perspectiva decolonial das hierarquias ontológicas, étnico-raciais, de gênero e sexualidade surgidas na modernidade assim perpetuando a exclusão, o apagamento e silenciamento ainda no tempo presente. Dizer que, a historiografia reconhece nossas vivências, nossas corporalidades e trajetórias transmasculinas existentes, seria um delírio imensurável quando se na realidade crua, somente há o conhecimento momentâneo presente em ciclos convenientes para a sociedade cisheteronormativa branca, não caímos na falsa inclusão.

Este não reconhecimento gera somente o imaginário da personagem “talvez”, existentes apenas na historiografia tradicional e ocidental reproduzida a partir da visão cisheteronormativa eurocêntrica. Partindo do princípio de que nossas existências são somente conhecidas, segundo Judith Butler (2016, p. 20), a problemática não seria incluir pessoas nas normas existentes, mas considerar como essas normas atribuiriam reconhecimento de forma mais igualitária e que mude os próprios termos da condição de ser reconhecido com o intuito de produzir resultados mais

---

<sup>12</sup> Sigla referente aos movimentos ativistas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais, Pansexuais e Assexuais.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, M. da G. de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo: When will the decolonial be? Coloniality, historical repair and politicization of time. *Caminhos da História*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 58-78, 2022. DOI: 10.46551/issn.2317-0875v27n2p.58-78.

radicalmente democráticos.

### Corpos dignos de uma educação: A quem pertence os espaços institucionais?

A histeria coletiva causada pelo sistema, reforça o medo imaginário de que quando pessoas transmasculinas avançam mesmo que minimamente seus direitos, a cisgeneridade retrocede, o medo conservador do “outro” ataca grupos que fogem da cisnormatividade, como afirma Geni Núñez<sup>14</sup>.

mas não querem o “também”, querem o “unicamente” da hegemonia. (diversas são as monogâmias). Inclusive suas especificidades são explicitadas pela própria terminologia, então a única perda vem mesmo do medo narcísico, egoico, de não mais poder livremente nomear sem ser nomeados, como historicamente fizeram (Núñez, 2020).

A cisgeneridade e a sua incapacidade de entender o óbvio, de que a existência de pessoas dissidentes têm lugar na sociedade e na história, mas que o sistema faz questão de que nossos corpos sejam submetidos a transfobia institucional de cada dia, nos tornam vítimas de seus próprios discursos transfóbicos. A invalidação e a invisibilidade dos corpos transmasculinos nos obriga a se afirmar e se autoafirmar, uma luta constante de adaptação da existência e (re)existência para podermos sobreviver todos os dias, na qual uma simples ida ao banheiro não seja motivo de violação contra nossas corporalidades e subjetividades.

É possível termos uma visualização de nossos corpos fora do contexto marginalizado que nos é atribuído em sociedade? Por que não idealizamos homens trans e transmasculinos dentro das escolas e universidades? é necessário analisar de forma histórica e cultural a trajetória de nossas vivências em sociedade e em específico dentro do âmbito educacional, nossas lutas e movimentações políticas enquanto corpos existentes dentro desses espaços citados atrelando-os a formação de nossas identidades e corporalidades. *Quantos além de mim existem no campus ou conseguem se manter firmes para que nele permaneçam?* A transfobia institucional está sempre presente, seja ao negar a matrícula e/ou cadastro com o nome social, na utilização de uniformes e vestes de acordo com nosso gênero, na utilização de banheiros públicos ou de instituições educacionais, ou também ao insinuar que não somos capazes de estarmos ocupando lugares significativos como cursar uma Universidade.

Tatiane Lima (2020, p. 75), dialoga com José Antonio Corrêa de Souza (2016), ao qual cita em sua tese os avanços políticos como o direito de uso de nome social para pessoas travestis e trans\*, e a reivindicação pela temática de gênero e diversidade sexual em currículos escolares,

---

<sup>14</sup> NÚÑEZ, Geni. Guarani, ativista no mov. Indígena, Anticolonial / Mestre em Psicologia Social, doutoranda em estudos raciais e de gênero e membro do grupo: Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos(as).

apontando que,

A partir dos anos 2000, especialmente com a ascensão do governo Lula em 2003, o movimento LGBT incorporou em sua agenda a luta pela criminalização da homofobia, ao lado de outras reivindicações, algumas delas direcionadas a públicos específicos: travestis e homens e mulheres trans, por exemplo, que ansiavam pelo reconhecimento e direito ao uso do nome social. No campo da educação, a reivindicação é pela inclusão da temática sobre gênero e diversidade sexual nos currículos escolares. O que diferencia os dois momentos (antes e depois dos anos 2000) é que, com a maior participação dos movimentos sociais no governo, os movimentos passaram a ser cada vez mais representados no Estado e com meios mais eficazes de negociação. (Souza, 2016, p. 145).

Segundo dados do dossiê publicado pela ANTRA<sup>15</sup> em janeiro de 2023, o Brasil segue invicto pela 14ª vez em 1º lugar no ranking do país que mais mata pessoas travestis e trans\* no mundo. Entretanto, a possibilidade de estarmos frequentando as escolas e/ou universidades, homens trans e transmasculinos podem ter dignidade para o mínimo de sua sobrevivência em comparação aos dados atuais emitidos pela ANTRA, ou seja, uma vez que a população transmasculina tenha a oportunidade e acesso ao estudo, nossa realidade de vida tende a mudar e assim romper também estereótipos marginalizados que o sistema tende a perpetuar em relação as nossas vivências e corporalidades, a “evasão” escolar se tratando das transmasculinidades existentes na população travestis e trans\* no Brasil é exorbitante.

Cerca de 80% da população travestis e trans\* não possui o ensino médio completo, ou interrompe os estudos ainda mesmo no ensino fundamental. A realidade de vida desses grupos em meio uma grande parcela da sociedade transfóbica nos mostra que a evasão é na realidade uma expulsão. O que corrobora também para com estes dados citados são as *fake news* propagadas pelo sistema como a ideologia de gênero e mais pânico em relação ao uso de banheiros por pessoas travestis e trans\* em geral, utilizando levantamentos de pautas como, por exemplo, o banheiro unissex nas escolas e universidades, atrelando nossas vivências (de homens trans e transmasculinos), e condutas às condutas de homens cisheteronormativos, como forma de vetar nossos direitos de livre acesso ao local do qual utilizamos somente para nossas necessidades físicas e/ou a manutenção de aqueção<sup>16</sup>. Portanto, não são os nossos nomes e rostos divulgados em manchetes como sendo agressores de assédios e estupros em banheiros públicos ou na própria residência de vítimas de tais agressões. Atualmente segue ainda estagnado o projeto de campanha desenvolvido pela ANTRA intitulada “Libera meu xixi” iniciada em 2015, para que o Supremo Tribunal Federal coloque em votação o direito de pessoas trans poderem utilizar banheiros

---

<sup>15</sup> Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

<sup>16</sup> Tucking, chamado de aqueção no pajubá, é uma técnica pela qual um indivíduo esconde a protuberância indejada de seu corpo, como forma de amenizar a disforia e/ou tornar-se passável a leitura social.



públicos sem serem vítimas de agressões físicas, verbais, psicológicas ou colocadas em situações vexatórias.

Os espaços educacionais deveriam ser locais de acolhimento, capazes também de proporcionar uma formação escolar de qualidade e que possibilite não só a dignidade social enquanto alunos(es), como também proporcione novas oportunidades e visão de um futuro digno enquanto cidadãos inclusos em sociedade. Entretanto, ao analisarmos a constituição federal segundo o Guia TODXS Escola (2023, p. 12), a educação é um direito de todos, deste modo, o ensino no Brasil deve/deveria respeitar a igualdade relacionada as diversidades e condições para que haja um acesso e permanência nestes locais. Embora tenhamos estas informações, é explícita a falta de acolhimento as diversidades. As escolas e universidades sempre foram cenário hostil e violento para homens trans e transmasculinos, reconhecemos sim, que por estarmos no espectro transmasculino gozamos de “certos privilégios” se tratando da “hierarquia de privilégios” existente dentro da comunidade trans/travesti, porém, mesmo sabendo quais são os meus recortes enquanto homem trans branco, ainda assim, não estou isento de ser violado, assim como também sabemos que homens trans e transmasculinos racializados não tem o mesmo tempo de vida e direito a fala como eu tenho. Portanto, faço também dessa escrevivência local de visibilidade àqueles que constantemente são invisibilizados, as transmasculinidades seguem sendo apagadas mesmo dentro da própria comunidade trans/travesti. Elusiano da Silva Melo Júnior et al, (2021, p. 258), em diálogo com Michel Foucault (1999), destaca que

Essas normas manifestam-se também, e para além do aspecto “abstrato” da esfera simbólica das construções sociais, na construção dos corpos físicos das educandas e educandos a partir da disciplinarização dos mesmos por meio de uma resignificação de suas existências prévias, tidas como incompletas, imperfeitas ou indignas de serem coexistentes nesses ambientes educacionais, talhando-as à posturas e significações de poder baseadas na busca pela submissão do grupo à uma série de normas, com vistas a obtenção de bons resultados (Foucault, 1999, p.258).

Ao nos submeterem a comparação com a vivência de homens cisheteronormativos, nos submetem sobretudo, ao apagamento histórico de nossas vivências. Nesse sentido, faço o seguinte questionamento, quem fala das nossas corporalidades, trajetórias, e direitos ao acesso também a educação, se ainda continuamos (in)visibilizados? Temos mais “privilégios” sim de certa forma, porém, com muito mais medo de sermos violentados, espancados, mortos e/ou suicidados, aquele que não só a população travesti e trans\* como também a cisgeneridade nos compara, também é o mesmo que nos viola.

Quando nos aprofundamos em pesquisas de gênero, os corpos cis femininos sempre foram o objeto de estudo, atrelando-os aos papéis de gênero, materno e trabalhistas, assim, também se tornando símbolo principal das vertentes feministas. Porque não atrelar corpos transmasculinos aos estudos de gênero, possibilitando outras perspectivas também ao acesso aos

direitos educacionais se tratando de corpos que também precisam de cuidados em saúde, por exemplo, atendimentos ginecológicos, como o acesso a absorventes cedidos pelas instituições escolares a alunos que não tem acesso a esses itens por fazerem parte de comunidades vulnerabilizadas pelo governo, remetendo assim a realidade de que nossos corpos também possuem útero, menstruam e engravidam. Pode o meu corpo, os corpos dos meus existirem também sem serem moldados através das expectativas imaginárias dos privilégios que nunca tivemos acesso? Corpos transmasculinos também são agentes pertencentes do movimento feminista, sendo assim, quem pode fazer parte da “femi”lista?

Guacira L. Louro (2004, p. 45), aborda também a narrativa de que a pedagogia e um currículo queer é distinguido dos programas multiculturais e bem-intencionados onde o gênero, sexualidade e etnia se diferem, ou são tolerados ou então, apreciados de forma curiosa, e vistos como exóticos, assim ainda segundo Louro, a diferença deixaria de estar ausente e passaria a tornar-se presente, surgindo o estranhamento no currículo ao desestabilizar os sujeitos, onde

É importante entender não apenas como se constituíram essas posições-de-sujeito, mas analisar como a oposição binária subjacente a este regime se inscreve na produção do saber, na organização social, nas práticas cotidianas, no exercício do poder. (...), compreender como se dá, nas instâncias que chamamos de pedagógicas, a reiteração dessas posições e, para além disso, pensar sobre o que pode ser feito para desestabilizá-las e desarranjar tais certezas. (Louro, 2004, p. 53).

É nos espaços educacionais que vivenciamos atos transfóbicos, através de agressões nos banheiros, na sala de aula, nos corredores, temos nossa essência apagada, nossa dignidade roubada, são os nossos corpos expostos, e que podemos morrer por sermos quem somos. Que não são os pais dos nossos agressores que são chamados, e que sessões de psicoterapia não são marcadas para quem exerce tais agressões. É de extrema importância ressaltar que, essas atitudes não vem só de não vem só de discentes, mas sim também do corpo docente e gestão escolar. A cisgeneridade atrela a culpabilidade as nossas expressões e corporalidades, pois, sempre seremos o corpo errado habitando nesses locais, camuflam a expulsão com a “evasão” para que novamente se isentem da responsabilidade de arcar com as consequências jurídicas de seus atos, afinal, é mais conveniente utilizar da segregação de masculino/feminino, brinquedos de meninos/meninas, atividades físicas de meninos/meninas, sempre transitando na binariedade de gênero, assim também, utilizando-se da desculpa do que seria certo/errado.

Torna-se exaustiva a autoinclusão nos espaços educacionais, uma vez que, todos os dias temos que afirmar nossas masculinidades, sexualidades, nomes e pronomes, sem contarmos também com a vulnerabilidade ao utilizarmos banheiros ditos socialmente masculinos. Muitos possuem somente mictórios ou mesmo que contenham cabines, estas também em grande maioria não possuem portas, independente de estarmos hormonizados ou que nos adaptemos para utilização desses banheiros, ainda assim, estamos constantemente expostos a violência, já que a

leitura social sob nossas corporalidades chega até nós de forma externa. Ainda que passáveis aos olhos da cisgeneridade, a partir do momento em que tomam conhecimento de nossa transmasculinidade, violam nossa existência. O que exatamente é ser homem, ou expressar a masculinidade? A cisnorma nos impõe que só seremos tolerados se tivermos uma leitura passável binária de gênero, ao sairmos da curva padronizada, não somos inclusos ou respeitados.

Por estar nesse “entre lugar” nunca seremos vistos ou teremos uma tratativa como iguais pelo sistema, as transmasculinidades não foram criadas e educadas como homens cis, não tivemos a mesma criação e performance de gênero. A virilidade projetada em nossas corporalidades mesmo que performada por alguns homens trans e transmasculinos não é legitimada pela cisgeneridade, (re)existir na lacuna entre masculinidade e feminilidade faz com que nos coloquemos sob pressão ininterrupta, a norma que nos é imposta nos envenena com pequenas doses suicidas pela busca de uma inclusão quase que inexistente. A taxa de suicídio entre homens trans e transmasculinos é maior quando se comparada a pessoas cisgêneros, de acordo com as pesquisas de Russel B. Toomey (2018), entre os anos de 2012 à 2015, enfatiza que aproximadamente 50% das pessoas transmasculinas entrevistadas entre a faixa etária de 11 a 19 anos tentaram o suicídio pelo menos uma vez, sendo que ao comparar com garotos cisgêneros, a taxa é de aproximadamente de 10%. As violações contra as nossas subjetividades são inimagináveis, a cisgeneridade patriarcal cissexista se alimenta de nossos corpos exauridos estirados as sombras das margens pela tortura psicológica em que nos sujeitam ao nos imporem como subalternos ao sistema institucional educacional.

A cisgeneridade compulsória nos toma não só o direito a vida, como também o direito a morte, ao pensarmos nas estatísticas de mortalidade onde a população travestis e trans\* não passa dos 35 anos no Brasil, a transmasculinidade de forma majoritária sequer chega aos 25, tão pouco é capaz de sonhar com a longevidade ilusória passando os 35 anos, seria quase que impossível aos olhares sob a realidade transmasculina poder se enxergar aos 70 anos. Parafrazeando Judith Butler (2015), “quando a vida se torna passível de luto?”, a sociedade cisheteronormativa ao dedilhar com seus dedos as cordas do sistema, manipulando as vivências e corporalidades transmasculinas, nos encurrala a vivenciar as inúmeras violações propagadas de suas idealizações banhadas no sangue espremido pela sua perversidade, nos ajoelhando de baixo de sua superioridade social institucional, a fim de nos executar em frente as valas da inconstituição.

Demétrio<sup>17</sup>, vive!

### **Corpos que falam: transmasculinos para além da perspectiva “talvez”**

---

<sup>17</sup> Demétrio Campos foi um homem trans negro, suicidado em 17/05/2020, 2ª pessoa trans no Brasil a ter retificação póstuma. Demétrio era dançarino e modelo, referência de arte e vida na comunidade trans.

Ao mergulharmos nas produções “Corpos transitórios<sup>18</sup>” e “Estudos tranviades<sup>19</sup>”, podemos experienciar as vivências e relatos das personagens ali envolvidas, e termos o estranhamento de identificarmos-nos ou não ao cenário e relatos que nos são apresentados. Os atravessamentos fluidos através das produções artísticas, literárias e narrativas transmasculinas, transbordam suas subjetividades ao capturar suas vivências em construção ao meio social ciscentrado. Aqui apresento alguns artistas aos quais tive contato com suas produções através de minhas “andanças” em busca de materiais produzidos por homens trans e transmasculinos.

### **Sinopses da Pele**

*Arthur Caldeira Cioff*

Arthur, nascido em 1998, natural de Porto Feliz/SP, atualmente reside em Pelotas/RS. Onde se graduou Bacharel em Artes Visuais na Universidade Federal de Pelotas. O artista aborda seus conceitos e questões a partir da própria vivência, dialogando com os conceitos existentes que são próprios da arte. Através das palavras de Jean Lancri em “O Meio como ponto Zero - modestas proposições sobre as condições de uma pesquisa em artes plásticas na Universidade”, Arthur considera Pelotas como o seu meio do caminho, estava cursando a faculdade e estava no ano de seu Trabalho de Conclusão de Curso, sentia-se também perdido e vazio por estar no início de sua transição social e hormonal em março de 2019.

Lembrei de coisas que passaram a fazer total sentido, minha sensação desde criança na escola, de que queria ser como os meninos mas não queria jogar bola ou brincar das coisas que eles brincavam; lá pelos 10 anos de idade, de ter o cabelo curto e usar roupas masculinas, me confundiam com menino mesmo; (..) Minha maior dor era o desconforto físico, principalmente com meus seios. Primeiro, achava que a culpa dessa demora toda em me entender transgênero era minha, já que já havia convivido com pessoas trans que conversaram comigo e que até minha tia me perguntou se eu era trans, a quem respondi que não teria coragem. Esse é o ponto, o problema. Precisa-se de coragem! E não deveria precisar! Deveria ser (porque é!) NATURAL ser transgênero e assim fazer a transição. (Cioff, 2021, p. 67-68).

Em 2017 deu início a uma série de pinturas a óleo onde retrada ângulos ou pontos de

---

<sup>18</sup> PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas. *Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas*. 1ª ed. Salvador, BA : Diálogos, 2021.

<sup>19</sup> PFEIL, Bruno; PFEIL, Cello; PUSTILNICK, Nicolas. *Estamos Aqui: celebração da vida transmasculina*. Revista Estudos Transviades, v. 3, n. 6, p. (60 -69), nov de 2022.

PFEIL, Bruno; PFEIL, Cello; PUSTILNICK, Nicolas. *A Construção Política de Corpes Transviades: redesenhando masculinidades*. Revista Estudos Transviades, v. 1, n. 1, p. 24, jul de 2020.

vista que não são de perfil ou frontais. Técnica esta chamada de escorço.

1



2



Imagem 1 e 2: Série de Sinopses da Pele, acervo pessoal.



Imagem 3: Série Disfórica, acervo pessoal.

### **Preto Luz**

*João Apuã de Melo*

me escondo na sombra  
dos pensamentos  
dos sentimentos  
e os mastigo.  
como um pão: seco, duro, intragável.  
não me desce pela garganta nem o rastro,  
tudo foi invadido, saqueado  
pela violência indigesta do estado.  
nas sombras dos meus pensamentos contém  
tudo que me foi roubado:  
tato, paladar, olfato.  
saboreio tudo com um gosto amargo na boca  
e penso  
o que é isso que nos deixa  
na sombra?  
medo  
miséria  
ódio

ação do tempo  
quanto mais se envelhece  
mais distante fica  
a luz no fim de tudo  
será  
que  
é  
uma  
bala  
perdida?  
demétrio vive!

4



Imagem 4: Diante do vazio II

“sou um homem trans. Negro. Desafio as estatísticas há 30 anos. Mas não só... sou apaixonado por desenhar códigos e criar coisas incríveis! Além de arquiteto e urbanista, sou desenvolvedor. Tive meu trabalho publicado na revista Estudos Transviados, a primeira revista do Brasil sobre transmasculines. No meu projeto de TCC explorei as riquezas e desafios da favela onde cresci, refletindo minha conexão com as pessoas e a comunidade que sempre me acolheu.” Disse João em uma outra entrevista para GANDA – Lab Criativo.

### *Salem*

Sou professor, uma pessoa queer e disca.<sup>20</sup> (...). Como conciliar meus ideais com as estruturas coercitivas que dominam a escola? Se pode? Eu não estou falando sobre essa conversa de “mudar o sistema de dentro” ou qualquer coisa. Frase que, aliás, é muito problemática. Quem está imerso na pedagogia formal, ou seja, cursando-a na universidade, acaba sempre ouvindo um discurso muito comum; ser professor é um ato político. E eu não nego isso, ninguém poderia fazer isso. Mas talvez seja importante refletir sobre isso, porque, pelo menos para mim, desconfio. Que seja uma visão tão generalizada nas instituições que existem para criar cidadãos que continuem a fazer este mundo em que vivemos funcionar. “A educação vai mudar o mundo”, dizem em todos os lugares. Muitos até citam a Freire em matérias pedagógicas e há ainda alguns mais ousados que vão além e mostram alternativas pedagógicas ainda mais radicais, como a pedagogia libertária dentro dos espaços de formação de professores. Concordo, a educação vai mudar o mundo, mas não aquela que foi institucionalizada pelo Estado e pelo capital. (...). Minha proposta para esta ocasião é refletir sobre o quanto e como educadores atuam em situações em que nossos ideais são postos à prova e somos obrigados a assumir uma posição que afetará no futuro como nossos alunos, colegas e nós mesmos nos perceberemos em relação entre nossa fala e ação. Essa reflexão decorre do constante paqueio<sup>21</sup> que eu e meus colegas nos

impomos na hora de ensinar enquanto somos seres queer e discas, nos vendo superados e encurralados praticamente todos os dias. Será esta uma crítica a esta visão do professor como um ser corajoso que deve ser um exemplo a seguir, como um ser que tem todas as respostas, que nunca erra, que tem vocação e que, em última análise, vê o seu trabalho como uma forma de ativismo/militância? Talvez um pouco. Ensinar está dentro desse grupo quando se trata de ser professor por vocação (espero que tudo o que fizemos foi por vocação), e que, portanto, temos que suportar tudo e dar tudo. Eu acho que é algo que nós internalizamos muito. Afinal, é o capitalismo que se infiltra em nossos pensamentos. A culpa de não cumprir o seu dever. Mas o que é dar tudo? Se ser professor já é estar em uma situação precária, ser professor queer e crip definitivamente torna isso ainda pior. (...) Tomando esta perspectiva queer e disca, venho propor que redefinamos o conceito de “dar tudo”, porque todos damos o que podemos e isso é nosso “dar tudo”. É tão fácil. Quando somos queer e crip visíveis esperamos que estejamos sempre defendendo essas lutas com unhas e dentes, venho dizer que não precisa ser assim, somos seres desgastados por existir em um mundo que não nos considera e nem sempre temos que andar corrigindo tudo, porque se fosse assim, estaríamos fazendo isso o dia todo, principalmente com a violência capacitista, que é ainda mais invisível.

<sup>20</sup> Disca, sinônimo de crip. Termo utilizado para pessoas com deficiência.

<sup>21</sup> “Paquear” vem de “paco”, que é um termo

informal para se referir a um polícia no Chile. Diz-se estar acompanhando de perto as ações de alguém com atitude inquisitiva.



## Respir(ar)

*Nathan Victoriano*

Corpo transitório  
Corpo cansado  
Exausto do seu peso  
Pesar que limita o viver  
Vida que por vezes está por fio  
Fio às vezes de linha  
Por outras, de cobre  
Cobre!  
Cobre, esconde, se aperta  
Aperta a alma, a liberdade, a respiração  
Respira!  
Pensa, repensa recompõe  
Põe de novo, respira fundo, segue em frente  
Frente e verso, se algo aparece  
De repente, tu se torna ser humano que não merece  
Não merece vida, respirar e até amar  
Amor  
Que por diversas vezes tropeço, peço  
Impeço  
De acontecer, de viver, de sentir  
Sentir  
Que volta tudo  
Tudo que é desespero, que aperta, que machuca  
Que faz adoecer  
Doença que só o afeto cura  
Na ternura, na paixão, na busca dessa eterna estranha ilusão  
Estranho!  
Me dizem, às vezes me sinto, mas paro  
Me reparo e assim desfaço  
Das roupas, dos julgamentos, do olhar do outro  
Que tanto fere  
Mas que me faz mais forte  
De frente, da batalha, da vida, daquelas senzalas

Nas minhas veias correm vida, dos meus  
Por isso sigo, ferido, mas sigo  
Sentindo até hoje o peso das correntes, mas sigo  
Até quando já não sei  
Mas sigo, com o corpo já cansado, mas sigo  
Sigo, com o pesar das nossas histórias, mas sigo  
Sigo...  
Eu só sigo.

### **Manifesto Transfuturista**

*Daniel de Brito*

Hoje não quero saber dos humanos, pouco me importa esses seres regados a biologia sacramentada e todo o seu humanismo racista. Não me interessam os cromossomos, que se danem o “xx”, “xy” e toda essa álgebra cisgênera.

Tenho amor aos biônicos!

Aos “artificiais” e aqueles regados a biotecnologia do corpo que não encontraram o seu lugar nas estruturas já dadas.

Escrevo aos transfeministas, transfuturistas e translúcidos, esses que herdarão as ruínas do nosso tempo.

Por um feminismo do futuro!

Aonde a emancipação dos corpos ultrapasse a categoria mulher.

Por uma emancipação do gênero!

E do útero, e do sexo e do gozo.

Pelo fim da tirania!

E da misoginia e do machismo.

Pela liberdade aos corpos!

E por toda diversidade de boycetas sobre a terra.

Por um transfuturismo de alegria!

E prosperidade sob o novo mundo de velhas ruínas.

Pela abundância de parafusos!

Para mantermo-nos firmes no caminho.

Pela inteligência artificial!

Com a qual criaremos vida no pós-mundo.

Esse é o manifesto dos inconformados com o passado da narrativa única  
de dor.

Esse é o manifesto que conjura a extinção da humanidade, desses seres  
tão limitados em sua própria normalidade.

Essa é a revolta pela vida dos androides cansados da morte.

Homens trans e transmasculines vivos hoje e no futuro!

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2020.

Neste espaço, deixo a importância da escolha dos recortes aqui manifestados, com o intuito de representar nossas vivências para além da formalidade acadêmica, desatando as amarras metódicas da descrição e representação de um ser ideal, um ponto de ruptura. Que possamos nos distanciar dos conceitos retilíneos e adentrarmos na diversidade dos inúmeros formatos corpóreos através do que nos é exposto, nossos corpos são sobretudo, arte poética existentes numa dimensão imersa atrelada a multiplicidade dos materiais de suporte. É pensando neste conceito que adentro nas subjetividades das também inúmeras possibilidades de representação das corporalidades transmasculinas coexistirem de fato nos espaços educacionais, presumindo possíveis futuras discussões, debates, e movimentações de professores(as) e gestões escolares ao disponibilizar acesso a materiais físicos ao despir-se de um talvez existencial das realidades transmasculinas.

Precisamos de mais, nos atentarmos a demandas para além da bolha nome social e uso de banheiros, que nos é apresentada pontualmente, como recentemente nos assegura a resolução 2º, publicada em setembro de 2023, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans., Queers, Intersexos. É necessário também que sejamos inseridos e assegurados em outras áreas, essencialmente nas estruturas pedagógicas. Ao coexistirmos nestes espaços, temos sim, a possibilidade real de ocuparmos todos os lugares que desejamos, de podermos ultrapassar as estatísticas sobreviventes, bem como entendermos que espaços educacionais são nossos por direito, que podemos ter acesso a convivência e interação social digna, e que temos a possibilidade de nos enxergarmos na longevidade de vida, de carreira acadêmica, profissional, afetiva e social.

Possibilidade esta, que então seria possível de ser proporcionada ao termos contato com professores(as), e gestões escolares, que ao exercerem seu ofício estejam abertos a respeitar e acolher a diversidade de seus alunos, capazes de atender as demandas do núcleo discente de forma que assegure com totalidade seus direitos sem influenciarem seus posicionamentos através suas

idealizações antiéticas provindas da moral abstrata de suas crenças, que tenham também acesso a estes materiais de suporte e também convivam com outros professores(as) e demais profissionais transgêneros. Salem (2022, p. 60), em seu relato para a revista Estudos Transviades, nos remete a questão do ser professor, ser um ato político, porém, nos atentamos a reflexão, para quem seria esse ato político? De qual política estamos falando exatamente? Ainda segundo Salem, concordamos que a educação pode mudar o mundo, mas qual educação? A capitalista, voltada para a economia e frenese burguesa eurocêntrica, ou a educação que em sua proposta inicial, é voltada para a construção de uma melhor cidadania e construção social dos indivíduos(as) que ali inseridos(as)? Nos falta autonomia, as políticas públicas de poder fazem questão de nos lembrar que perante ela, ainda somos corpos subalternizados.

Reconheço, estamos avançando, documentos como o que foram citados demonstram nossa conquista e avanços em relação a direitos em espaços educacionais, entretanto, ainda assim estamos limitados e permaneceremos desta forma ao não inserirmo-nos em outras instâncias, de acordo com Myrella Olivia Houffman <sup>22</sup>(2023), o ativismo judicial não nos assegura os “direitos” conquistados pela comunidade LGBTQIAP+, uma vez que estes podem sofrer revogação da decisão. Como adquirir o “direito seguro” de ser, estar e (trans)itar em âmbitos institucionais e educacionais, se nem mesmo estamos assegurados de que a tratativa para com as nossas corporalidades, raça, sexualidade, expressões e identidade de gênero são acolhedoras partindo da percepção e caráter do outro, que em contraste com nosso lugar de sujeito, nos denomina como estranhos, esquisitos, bichas, viadinhos, maricas, mané macho, sapata, maria joão, macho de saia, *t r a n s e n v i a d a d o*. Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020), nos remete como sujeitos que não podem ser o centro ou a margem, por sermos corpos que escapam diante as normas de raça e gênero.

O lado de fora é sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade etc. (Megg, 2020, p. 77).

Quem nos defende se não nós mesmos? Ignoramos, aceitamos, ou nos adaptamos e ressignificamos os termos que a cisnorma nos inventa gradativamente de forma pejorativa. É absurda a ignorância da cisgeneridade (não digo em relação a acesso as informações), mas perante o cinismo de não respeitar nossas existências. Conforme o Guia TODXS Escola (2023, p. 13-19), são necessárias propostas político-pedagógicas a serem implementadas nas escolas, para que assim os profissionais da educação, gestores, professores, colaboradores e também os próprios

---

<sup>22</sup> Bacharela em Direito e Pós - Graduada em Gerenciamento de Crises pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Myrella ao falar sobre direitos da comunidade LGBTQIAP+, citou o ativismo judicial em uma publicação em uma de suas redes sociais.

estudantes tenham mais acesso e capacitação para minimizar a transfobia dentro do ambiente escolar, criando ações inclusivas para transformar esses ambientes mais acolhedores e inclusivos, como a tratativa verbal e também inclusiva fazendo o uso de nome social, a utilização de banheiros, a não separação por gênero no momento de aplicar determinadas atividades, abordagem didática, curricular e etc.

Entretanto, ainda durante a análise do Guia, percebo a representação de uma figura apresentada como “salvadora” ao ser nomeada de “pessoa educadora-anjo”, ressaltando a visão de que pessoas trans em geral necessitam “desesperadamente” de ajuda psicológica durante o início de sua transição social, quando se na realidade, muitos de nós temos uma boa relação para com nosso corpo e nossa subjetividade, mas que a cisgeneridade ao nos abordar com tratativas hostis fere nossa integridade e dignidade enquanto cidadãos.

Não precisamos de salvadores, precisamos de políticas públicas efetivas que não se coloque em imaginários projetados em figuras “celestiais”, projetar-se como “figura salvadora” é novamente entre linhas, se isentar do peso e das causas através da violência praticada sob as corporalidades transmaculinas. Torna-se novamente conveniente sobressair-se como figura aliada a causa, ainda que em contratempo, são os principais responsáveis pela transfobia institucional, reforço, não caímos na falsa inclusão, é preciso atentarmo-nos na frequência em que a cisgeneridade nos pede desculpas ao “confundir” nossos nomes e pronomes. Assim como retrata a escrita de Nathan Victoriano (2021, p. 10), que diz se desfazer das roupas e julgamentos, do olhar do outro que o fere, mas que também o torna forte. Quando submersos por determinado tempo nas falácias e julgamentos do outro, nos tornamos na maioria das vezes resilientes, afinal, os únicos caminhos que temos é se abraçar e (trans)mutar a carga negativa projetada em nossos corpos em resiliência e autoaceitação ou sucumbir ao ponto de não mais sentir ganância pela vida. É sobre lidar não só com nossas demandas, mas também, lidar com as problemáticas repetitivas de um looping sobrecarregado da cisheteromatividade, é sobre a capacidade resiliente de permanecer vivo em meio a certeza de conectar-se a si enquanto ser, o domínio de tudo, entre a incerteza do nada que nos é oferecida de mal grado, “é preciso coragem!” Como nos remete Arthur C. Cioff (2021, p. 68),

Coragem então para (re)existir e resistir a inexistência aos pés dos olhares estranhos, e tornar-se perceptível na consciência dos que já são capazes de nos enxergar, sentir a epiderme fragilizada pelo estereótipo sociológico, que nos poros exalam a luta travada, na carne que sangra e ninguém a vê, um novo cravo que brota de uma única raiz de caos que se irriga da corrente sanguínea ao ápice da inconstante mudança performática, no som emitido pelo silêncio caótico contínuo da trilha percorrida ao aconchego de si, que por fim, se acalma no âmago do corpo que se permite instalar o que finalmente podemos chamar de casa. Resumir nossa autoaceitação a mercê da bondade estendida pelas mãos da obrigação do “cis”tema, é também findar a autonomia

de nossos corpos, bem como afirma Megg Rayara Gomes de Oliveira (2021, p. 91). “a flexibilidade de uma autonomia caracteriza o trajeto de uma existência bicha, que toma para si a liberdade de não se prender a uma classificação”.

Portanto, as ações inclusivas deveriam/devem ser aplicadas partindo de perspectivas fora da caixinha cisheteronormativa, levando em consideração que as iniciativas geralmente iniciam-se a partir do olhar cisheteronormativo branco, para que a cisnorma saiba como e se sinta mais confortável ao precisar lidar com demandas de gênero e diversidade sexual nas instituições educacionais. Nunca é pensado de fato em produções em suma realidade para a vivência e conforto de nossas corporalidades. Até então sempre foi tudo sobre e voltado para o público cis, sim, tais produções falam sobre tratativas para com nossas vivências, mas de fato é sobre nós e para nós? Há então uma ausência significativa no pensar em produções e movimentações de e para nossas corporalidades, quantos homens trans e transmasculinos estão envolvidos em projetos como estes? Ou então, quantos são cogitados para fazer parte de produções que nos viabilizam uma melhor inserção e interação no meio social ciscentrado? Não que almejamos fazer parte da cisnorma, *longe de nossas corporalidades y masculinidades!*

Mas para que haja inclusão é necessário que a cisgeneridade se autoeduque para que não precisemos educá-la. *Até quando vão deixar que façamos tudo por vocês, cisgeneridade?* Não saber qual é o seu local de fala, e não saber como lidar com suas próprias demandas sobre as invenções e classificações que vocês inventaram para a gente, é sim, sinal dos privilégios cisheteronormativos que vocês mesmos impuseram sob nossa inexistência. Não é o meu ou dos meus o dever de dizer qual é o seu lugar e papéis de gênero em/na sociedade, se nem mesmo vocês o sabem.

### **(In)considerações Finais**

Em síntese, enfatizo aqui que estamos longe de concluirmos o desmantelar da hegemonia cisheteronormativa, estamos caminhando para tal, entretanto, o proceder é constante, denso, e exaustivo. Na medida em que avançamos, a cisnorma ainda assim irá manipular minuciosamente o sistema patriarcal cissexista aos caprichos de seus padrões e marcadores de gênero. Deixo aqui o incentivo ao consumo de livros, arte, música, entre os diversos materiais produzidos por pessoas travestis e trans\*, em específico os boycetas<sup>23</sup>. Nossa vivência possui uma vasta bagagem histórica-cultural e precisa ser visualizada, ouvida e *r e c o n h e c i d a*, não só no meio social ciscentrado, mas também com ênfase nos âmbitos educacionais. Trazer aqui alguns artistas, que em seu transbordar visual, proporcionam ao leitor(a), a representação de corpos transmasculinos para além da projeção imaginária de nossas corporalidades, ressaltando como as normas sociais

---

<sup>23</sup> Termo utilizados por homens trans e transmasculinos ao referirem-se a si mesmos.

projetadas em nossos corpos agem na tentativa de apagamento histórico-cultural de nossas vivências.

As tentativas árduas do sistema patriarcal falocêntrico de nos colocar nas lacunas do esquecimento, evidencia a forma com que as nossas subjetividades transmasculinas afrontam e reivindicam nossos direitos, visibilidades e reconhecimento em sociedade. É através de nossos corpos transmasculinos em sua real estética que aqui estão representados, mesmo que manchados pelas marcas das torturas disfóricas causadas pela hostilidade refletida nos espelhos binários da cisheteronormatividade, é que possibilitamos o mensurar do medo imaginário no impacto causado na cisheteronormatividade ao deparar-se com a potencialidade emitida por nossas corporalidades transgressoras.

Por fim, esta escrevivência enfatiza o manifesto exaurido de nossas dissidências, com o principal intuito de difundir a existência de homens trans e transmasculinos na redistribuição de nossas identidades masculinas, ao nos despir da roupagem dita biologicamente feminina, que a cisheteronormatividade compulsória insiste ao cobrir nossas corporalidades com o ato falho de nos reduzir as nossas vulvas, aqui, deixo uma última reflexão. Se a cisheteronormatividade compulsória tanto insiste em nos vestir com os papéis de gênero de corpos cis femininos, poderia então o meu corpo o corpo dos meus serem reconhecidos também como agentes pertencentes ao feminismo contemporâneo? Porque ainda assim, não cabemos na *seletividade* “femi”lista?

### Referências Bibliográficas

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **ANTRA**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CIOFF, Arthur Caldeira. **Portfoliobox**. Disponível em: <https://cioffi.pb.gallery/>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

João Nery: a morte de um herói. **Colabora**. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/joao-nery-homem-trans-todo-mundo-me-acha-um-heroi-eu-nao-tinha-saida/>. Acesso em: 13 de out. 2021.

JÚNIOR, Elusiano da S. M. **Transmasculinidades, Ciências Sociais e Escola**: um debate necessário. Revista Multidebates, v.5, n.1 Palmas -TO, fev de 2021. ISSN: 2594-4568.

LIMA, Tatiane. **Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 77, p. 70-87, dez. 2020.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAES, Amanda de, et al. **Guia Todxs Escola:** como criar um ambiente escolar mais inclusivo para todas as pessoas. 2023.

NÚÑEZ, Geni. **Iversões Coloniais:** diferenças entre violências imaginárias e violências concretas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEDYOZtHPNY/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

Os Feitiços e os Desejos de Linn da Quebrada. **YouTube.** Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ExIrwc\\_HVtw](https://www.youtube.com/watch?v=ExIrwc_HVtw). Acesso em: 15 de dez. 2020.

OLIVEIRA, M. da G. de. **Quando será o decolonial?** Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo: When will the decolonial be? Coloniality, historical repair and politicization of time. Caminhos da História, [S. l.], v. 27, n. 2 , p. 58-78, 2022. DOI: 10.46551/issn.2317-0875v27n2p.58-78

OLIVEIRA, Megg Rayara G. de. **Nem ao Centro, Nem à Margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. 1ª ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

PRECIADO, P. B. **Um Apartamento em Urano:** crônicas da travessia. São Paulo: Zahar, 2020.

PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas. **Corpos Transitórios:** narrativas transmasculinas. 1ª ed. Salvador, BA : Diálogos, 2021.

PEDERIVA, Patrícia L. M; GUSMÃO, Samuel B. **Nossas Vozes:** diversidade de gênero e sexualidade, vida e educação. 2020.

PFEIL, Bruno; PFEIL, Cello; PUSTILNICK, Nicolas. **Estamos Aqui:** celebração da vida transmasculina. Revista Estudos Transviades, v. 3, n. 6, p. (60 -69), nov de 2022.

PFEIL, Bruno; PFEIL, Cello; PUSTILNICK, Nicolas. **A Construção Política de Corpes Transviades:** redesenhando masculinidades. Revista Estudos Transviades, v. 1, n. 1, p. 24, jul de 2020.

Resolução nº 2, de 19 de Setembro de 2023. **Semesp.** Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-no-2-de-19-de-setembro-de-2023/>. Acesso em: 09 de nov. de 2023.